



# GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

## GENDER AND SEXUALITY IN THE CONTEXT OF SCHOOL EDUCATION

**Ana Cristina de ARAUJO**  
Secretaria Municipal de Educação de Itabuna-BA (SMEI)  
E-mail: criaraujo@hotmail.com

**Ilrismar Oliveira dos SANTOS**  
Secretaria Municipal de Educação de Itabuna-BA (SMEI)  
E-mail: yuri-oliveira82@hotmail.com

**Juliane Barbosa da SILVA**  
Secretaria Municipal de Educação de Itabuna-BA (SMEI)  
E-mail: julianebs06@gmail.com

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir com a formação de professores sobre a temática de gênero e sexualidade no contexto da educação escolar. A pesquisa foi realizada em uma escola do Campo, no município de Prado-BA, e teve como embasamento teórico a pesquisa-ação. Os resultados indicaram que o trabalho foi relevante para a desconstrução de discursos conservadores e preconceituosos relacionados à temática em questão.

**Palavras-chave:** Educação. Gênero. Sexualidade. Formação de professores.

### ABSTRACT

This article aims to contribute to the training of teachers on the theme of gender and sexuality in the context of school education. The research was carried out in a school in the countryside, in the municipality of Prado-BA, and had action-research as a theoretical basis. The results indicated that the work was relevant for the deconstruction of conservative and prejudiced discourses related to the theme in question.

**Keywords:** Education. Gender. Sexuality. Teacher training.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto de um Projeto de Intervenção voltado à Formação de Educadores na área de Gênero e sexualidade, desenvolvido na Escola Municipal Santa Rita de Cássia, no sítio Boa Esperança, situada no Município de Prado-BA, no em março de 2020. A escolha pela temática e lócus de intervenção se deu a partir de nossa vivência, como profissionais dessa Instituição, com colegas neopentecostais e católicos que entendem a heterossexualidade e a subserviência feminina como algo natural e desejável aos olhos de Deus. Essa visão se sustenta, nesse contexto, amparada em práticas e discursos LGBTfóbicos e machistas.

Essa situação, ao nosso ver, apresentava uma necessidade emergencial e real de discutir com esses sujeitos questões de Gênero e Sexualidade, desmistificando a concepção patriarcal e conservadora e ajudando a construir um ambiente mais democrático que acolhesse as diversas formas de ser, estar, viver e se relacionar. Essa escrita surge, portanto, do desejo de contribuir com esse debate, na esperança de que ele auxilie a desconstrução de posturas que desrespeitam a identidade de gênero e sexualidade e culmine na construção de novas práticas pedagógicas na sala de aula, pautadas em um currículo menos engessado nas questões de gênero e sexualidade e mais direcionado para as práticas da vida e para o respeito às diversas identidades e vivências do outro.

Apesar da nossa intencionalidade de que os professores em questão compreendam a temática, abandonem discursos preconceituosos e adotem postura mais democráticas, compreendemos que a reformulação do outro e a formação da consciência não são automáticos, mas um processo. É um devir constante e que pode ocorrer em qualquer espaço de aprendizagem, formal ou informal.

Nessa trajetória, o processo de construção e ressignificação dos conceitos que envolvem os corpos dissidentes, a misoginia e demais formas de preconceitos vivenciados no espaço escolar foi uma tarefa que demandou leituras, reflexões e discursos que tiveram início na sala dos professores e ganharam espaço no currículo escolar.

## MÉTODO

Para o embasamento metodológico desta pesquisa, adotamos a Pesquisa-ação, pois ela “[...] requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica” (TRIPP, 2005, p. 447). Isso evidencia a pesquisa como um instrumento de interesse coletivo e passível de mudanças no percurso. Assim, essa metodologia possibilita-nos perceber problemas e entraves do nosso cotidiano e nos colocarmos coletivamente para sua desconstrução. Foi, portanto, guiados por esse método que buscamos a ressignificação dos discursos LGBTfóbicos e machistas dos educadores sem eximir-se das nuances e dos problemas que causaram tal postura dos profissionais.

Francischett (1999, p. 172) compreende que:

A pesquisa-ação na educação, procura através da integração de grupos diagnosticar e resolver as necessidades específicas da realidade vivida na sala de aula, escola e ou comunidade na quais se insere, provoca mudanças e possibilita ao professor teorizar o conhecimento a partir da sua ação na prática-pedagógica.

Com efeito, a Pesquisa-ação se modula a partir do momento em que os sujeitos envolvidos são capazes de construir coletivamente estratégias e debates significativos para a transformação ou mudança de um conhecimento até então tido como real, e é por meio de uma autocrítica constante que os resultados vão surgindo, dando vasão aos objetivos traçados.

O trabalho de intervenção foi desenvolvido no município de Prado que fica a cerca de 792 quilômetros de Salvador e grande parte da população é constituída por índios da etnia Pataxó e negros. O Município possui 84 quilômetros de praias semi-íngens e sua economia é pungente em torno da pesca e do turismo.

Com relação à comunidade onde este Projeto de Intervenção foi aplicado, situa-se a 110 quilômetros da zona urbana, lá residem 216 famílias, entre os povoados de Corumbau, Veleiro, Agrovila, Carroula e fazendas circunvizinhas. As maiores atividades econômicas são a pesca e o turismo, seguindo os passos de sua sede, Prado.

Quanto aos atores do ambiente escolar, há negros, indígenas, heterossexuais e homossexuais que compartilham entre si suas experiências e pontos de vista sobre a

“performatividade do mundo”. Por vezes, nesse espaço educativo, há situações claras de preconceito velado oriundo dos discursos dos educadores.

O Projeto de Intervenção se concretizou por meio de um minicurso sobre a temática “Gênero e Sexualidade no Ambiente escolar: Desconstruindo os discursos normalizadores das práticas docentes”, realizado nos dias 3, 4 e 5 de março de 2020, no prédio 2, na sala de mídia da Escola Municipal Santa Rita de Cássia, situada no sítio Boa Esperança, campo do Município de Prado – BA. Dele participaram 09 educadores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. O critério para escolha dos sujeitos partícipes da formação era que fossem educadores na referida escola. Embora a escola conte com 11 educadores, quando o minicurso foi realizado o quadro de profissionais contratados ainda estava incompleto, havendo apenas 09 em exercício. Todos eles foram convidados e participaram da formação.

Assim, as atividades propostas envolveram reflexões subjetivas e coletivas, utilizando-se de documentários, curtas e textos apostilados a fim de se desconstruir o patriarcalismo existente nos discursos de alguns educadores e para se pensar em um projeto futuro acerca de gênero e sexualidade nas escolas onde os profissionais atuam.

## DIÁLOGOS TEÓRICOS

Falar sobre identidade de gênero e de feminismo no cenário político atual é uma transgressão passível de perseguição. Instituiu-se então o período de “caça às bruxas”, mas em um viés contemporâneo, onde as fogueiras foram substituídas pelo Disque Denúncia e outros canais da “moral e dos bons costumes”. Sobre esse discurso de gênero e sexualidade, Louro (2019, p. 10) aborda que:

[...] Na verdade, desde os anos 1960, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações (LOURO, 2019, p.10).

Com isso, os debates acerca de gênero e sexualidade devem ser constantes, abarcados em todos os espaços de aprendizagem, sejam formais ou não, e é pautado nisso e nos discursos LGBTfóbicos e machistas oriundos de educadores que essa intervenção ganha forma. É preciso transformar alguns discursos reguladores porque as pessoas, principalmente os educadores mais conservadores “falam por si e também

falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos (LOURO, 2019, p. 18-19).

Há uma postura coercitiva e patriarcal nas escolas que tende a normalizar a conduta e as afetividades dos jovens. Um discurso preconceituoso que tem início nas salas dos educadores e termina no pátio escolar com rechaços e segregações diversas. Portanto, “aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam “marcados” como figuras que se desviam do esperado [...]” (LOURO, 2019, p. 32).

Essa intervenção coaduna-se também com a ideia de que “[...] gênero e sexualidade continuam importantes para analisarmos experiências de sujeitos que fogem da norma heterossexual, mas que aponta para outros marcadores sociais diferentes que também devem ser levados em consideração” (GONTIJO; ERICK, 2015, p.29).

Nesse sentido, a Formação com os educadores partiu do princípio de que a sexualidade e o gênero não se fundamentam no campo biológico, mas sim no histórico e cultural. Para Luz et al (2009, p. 37):

Adotar essa perspectiva de análise para gênero e sexualidade permite entender que a sexualidade, assim como o que é percebido como masculino e feminino, está associada a contextos históricos, culturais, sociais econômicos específicos que participam dessa construção (LUZ et al, 2009, p. 37).

Assim, essa pesquisa de intervenção se fundamentou nos princípios de que o Outro deve e necessita de espaço para exercer seu direito de ser e amar quem e o que quiser, de fazer e estar onde deseja, e que os educadores, acima de tudo, comecem a exercitar o pensamento de que “a escola não pode dedicar apenas um dia por ano à luta e o debate sobre o preconceito e a violência a determinados grupos” (COLLING, 2018, p.31), porque essa ação necessita de constância.

## RESULTADOS

### O Discurso dos Educadores frente aos Corpos Dissidentes

O primeiro momento de realização da intervenção foi dia 03 de março de 2020, com 09 educadores. Demos boas-vindas aos presentes e explicamos que o minicurso

tinha como finalidade desconstruir alguns discursos machistas e heteronormativos vivenciados na referida instituição. Salientamos ainda que tais rechaços são oriundos de um possível desconhecimento acerca da temática. Em seguida, questionamos aos professores o que entendiam sobre gênero e sexualidade.

Com esse questionamento, demos início a uma avaliação diagnóstica, na qual todos puderam expressar seus conhecimentos sobre a temática que seria discutida. Isso porque “[...] o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico, e um diagnóstico, sem uma decisão é um processo abortado” (LUCKESI, 2000, p. 02). Esse momento se fez importante porque definiu nossas possibilidades e limitações acerca da temática em questão.

Desse modo, as respostas foram diversas. Para uns era um tema muito delicado para se abordar na escola. Para outros, demasiado interessante para se inserir nos espaços educacionais, uma vez que a informação é papel da escola. Houve um professor que ainda disse que esse tema deveria ser posto em pauta no Projeto Político Pedagógico da escola.

Nas falas de alguns professores, percebemos o papel da igreja como regulador da sexualidade. Exemplo disso é fala da professora R, que disse que a temática era nova para seu mundo de mulher católica, mas que respeita todos os gays, porém não aceita o que eles fazem. Já o colega W colocou que o preconceito é trazido por todas as religiões.

Em momento posterior, a professora S pediu a palavra e disse que frequenta uma igreja que segue uma doutrina rígida. Porém, afirmou que surgiu uma carta para a referida igreja para que aceitasse os casais homoafetivos. Salientou que o templo estava sofrendo muitos processos pela não aceitação. Ela continuou dizendo que a prática deles (gays) é condenada pela bíblia, mas que quem decide isso é Deus.

A mesma professora ainda disse que, em sua igreja, os homens ficam de um lado e as mulheres de outro, e a mulher não pode pregar para as pessoas, somente os homens. Reforçou também que o púlpito é lugar de homens. De repente, o educador W fez a seguinte pergunta: “Quem limpa a igreja?”. Sem demora, a colega respondeu: “As mulheres”. O professor retomou a palavra: “Então, já que não pode subir pra pregar, não deveria subir pra limpar, os homens que limpem. Direitos iguais”.

**Foto 1** – Educadores debatendo sobre religiosidade.



**Fonte:** os autores.

R afirmou que seu marido não permitia em casa filmes ou novelas que tivessem pessoas gays porque segundo ele isso podia trazer “viadagem” e mal exemplo para a família.

**Foto 2** - Abordagem sobre palavras que se ressignificam



**Fonte:** Acervo dos pesquisadores



Dando seguimento, a educadora S pediu a palavra e disse que em determinada época de sua vida fora identificada pelas pessoas como lésbica e isso lhe trouxe dúvidas. Ela sentia que precisava entender se realmente sua orientação sexual era a que os outros diziam, porém, foi notando que era heterossexual. Disse ainda que, em uma época, um professor afirmou que ela era lésbica porque ninguém a tinha “pegado de jeito”.

Após essas colocações, Ilrismar Oliveira explicou o porquê da intervenção na escola e fez uma breve definição acerca de gênero e sexualidade. Em seguida, Juliane Barbosa aprofundou o assunto por meio de uma projeção de slides, onde havia definições claras acerca de Gênero, Identidade e Orientação Sexual.

Neste momento, os cursistas se mostraram atentos às explicações e trouxeram inquietações acerca do que se criou no país sobre o termo “ideologia de gênero”. Houve um pequeno debate sobre essa falha e falsa teoria que favoreceu um determinado grupo político-conservador.

### **O Espaço Escolar enquanto Ambiente Repressor da Sexualidade e do Gênero**

Com o objetivo de abrir as discussões sobre gênero e sexualidade na escola, foi exposto aos cursistas o vídeo “Defenda-se! Bullying Sexual e Desigualdade de Gênero”. O material trouxe um debate acerca dos limites e possibilidades impostos ao gênero binarista, onde a menina deve posicionar-se em uma determinada “caixa” e os meninos em outra.

Desse modo, o indivíduo “necessita” seguir um padrão que coincida com seu sexo, e sair dele denota um desvio esdrúxulo pelos mais conservadores. Após a exposição do vídeo, a professora S disse que o machismo está presente em nossos lares e nas nossas memórias. Ela relatou que em sua infância via seu pai dizer a sua mãe que “mulher dele não trabalhava fora” e quando a comida não o agradava, reclamava.

**Foto 3** - Relatos sobre o machismo



**Fonte:** Acervo dos pesquisadores

Em seguida, Ilrismar disse que o objetivo da oficina era o de proporcionar um momento de memórias e vivências, e que se desconstruir era algo lento, mas necessário para as boas relações humanas.

Diante dessa fala, o professor E colocou que desconstruir certos discursos na sala de aula é algo melindroso porque teme retaliações frente à nova política brasileira, na qual o profissional de ensino é visto como um algoz. Ainda disse que o assunto é muito delicado para falar com os jovens, pois receia que tudo seja levado aos pais com outra conotação.

O professor W lembrou ao colega que a religião na comunidade é algo forte por demais e que trabalhar esse assunto na escola seria delicado. Comentou ainda que não seria difícil duvidar que os pais falariam: “estão ensinando viadagem na escola”. O assunto tomou outra proporção quando P disse: “mas acho errado o profissional de saúde definir o sexo da criança em um ultrassom”. Importante registrar que, em momento anterior, W afirmou que a criança, em determinada época, já dá para identificar sim o sexo da criança, referindo-se à gestação.

Ilrismar complementou que além desse fator, outro elemento que acaba por regular o sexo da criança é o chá revelação onde os pais decoram um ambiente bicolor – rosa e azul – à espera do resultado que regulará a sexualidade da criança por meio de

sua genitália. W entrevistou dizendo que o assunto ainda é muito delicado. Sobre isso, Colling (2019, p. 30) afirma que “[...] A partir desse momento, aquele pequeno feto já passa a ter um gênero e sobre ele incidem as normas de gênero construídas e impostas pela sociedade.”

Após esse momento, Juliane expôs no datashow a imagem de Romeu Clarke – um garoto vestido de princesa –. Posteriormente, foi distribuído aos cursistas o texto extraído do site Nova Escola “Educação Sexual: Precisamos falar sobre Romeo...”. Em seguida, a professora C comentou que em sua sala havia um garoto que só brincava de boneca e amava assistir filmes da Barbie.

Com isso, a professora S sugeriu que após o minicurso fosse elaborado um projeto na escola sobre gênero e sexualidade. Sua colocação não causou estranhamento. Em seguida, Ilrismar disse que o maior propósito das discussões e das atividades era o de construir uma pedagogia na escola que abraçasse a temática em questão.

Quanto ao segundo dia, iniciamos com a leitura protocolada da obra “Ceci tem pipi?”. A análise do material foi repleta de risos e curiosidades, pois o livro trazia a inquietude de um garoto (Max) acerca da genitália de Ceci, que era muito esperta, forte e legal para ser uma menina. Desse modo, a todo instante, o garoto cria estratégias para ver se a Ceci tinha pipi.

**Foto 4** - Iniciando a leitura da Obra “Ceci tem pipi?”



**Fonte:** Acervo dos pesquisadores

Terminada a leitura, Ilrismar Oliveira lançou o seguinte questionamento: “Enquanto educadores, como poderíamos trabalhar essa obra?” Houve um instante de silêncio, até que o educador E pontuou que o livro era infantil por conta do formato e das imagens, mas que também tinha uma linguagem forte para as criancinhas. Já a educadora R sugeriu que a obra poderia ser aproveitada na matéria de ciências.

F entrevistou dizendo que o livro trazia um texto muito polêmico para ser trabalhado com as crianças da Educação Infantil e do Fundamental I, pois poderiam comentar com os pais que a escola estava ensinando “putaria” e os responsáveis não entenderiam que tudo se tratava de um assunto pertinente para a formação da criança.

Diante disso, a professora S argumentou que no fundamental II a obra poderia ser bem melhor trabalhada, pois daria para falar do aparelho reprodutor masculino e feminino. Além disso, traria para o debate na sala de aula os nomes reais dos órgãos reprodutores, e esses não causariam tantos contratempos, ou seja, a obra seria uma estratégia viável.

Já a professora C relatou que sua aluna da educação infantil contou para uma coleguinha que tinha visto o “troço” de sua mãe e isso lhe causou espanto, pois se perguntou o que, de fato, essa criança presenciara em casa. Ela ainda disse acreditar que os pais tomavam banho ou se trocavam na presença da menor.

Aproveitando esse momento, a educadora A comentou que em sua sala de aula havia um aluno que apalpava a bunda das meninas e dizia sempre: “Fica de quatro”. Então, decidiu ter uma conversa com o garoto, e não se sentiu surpresa quando o aluno lhe disse que ouvia o pai dizendo a frase, todas as noites, para sua mãe. A continuou dizendo que não sabia como levar a discussão da obra “Ceci tem pipi?” para a sala de aula.

Ilrismar Oliveira tomou a palavra e sugeriu que, antes de qualquer coisa, seria interessante que o professor fizesse uma reunião com os pais sinalizando sua proposta de intervenção na área de gênero e sexualidade, apresentasse o material e objetivo para a exploração da temática, pois isso minimizaria alguns contratempos no percurso das atividades propostas.

Seguindo, a professora S disse que as crianças de hoje em dia estão habituadas a verem cenas mais picantes na TV e ouvirem músicas com letras mais ousadas, então, não vê tantos problemas em trabalhar, de modo pedagógico, tais questões na escola,

pois, diferentemente da rua ou das mídias, a escola procura metodologias adequadas para ensiná-las.

Desse modo, os presentes chegaram ao consenso de que a obra poderia ser trabalhada em todas as etapas de ensino, mas com metodologias e linguagens diferentes. Juliane Barbosa lembrou que o professor de ciências deve despir-se de um currículo engessado e promover aulas que superem os conceitos de reprodução e higiene corporal, e que a escola deve assumir um papel mais transgressor no tocante à sexualidade.

Em seguida, a professora F relatou uma experiência ocorrida em uma determinada escola. Disse que ao ministrar uma aula sobre métodos contraceptivos e gravidez na adolescência foi coagida por alguns membros da comunidade. Isso porque a aluna chegou em casa com um discurso diferente da abordagem feita por F. Tal ação desencadeou em uma análise pela direção da escola acerca de sua permanência ou não na instituição. Até hoje, sente-se traumatizada.

Posteriormente, assistimos ao curta “*Vestido Nuevo*”, onde uma criança ao usar um vestido rosa na sala de aula é rechaçada pelos colegas e mal compreendido pela educadora que havia solicitado fantasias dos 101 dálmatas. Então, lançamos os seguintes questionamentos: O que fariam no lugar da educadora? A escola cumpriu seu papel afetivo?

Terminado o curta, a professora A disse que naquela situação, chamaria a atenção dos alunos e entraria em contato com os pais da criança para juntos buscarem estratégias para trabalhar com a sexualidade do garoto. Já S pontuou que a professora falhou, e que intervir na situação de forma eficaz seria punir aqueles que zombaram da criança.

Com essa colocação de S, a professora R lembrou que no dia das mães a escola decidiu fazer vídeos com as crianças homenageando-as, porém, um aluno muito “delicado” e cheio de “trejeitos” gesticulou bastante em frente a câmera e ele foi motivo de risos, mas o que mais lhe chamou atenção foi o modo como a mãe daquela criança beijava o telão e fazia gestos de coração para o filho, denotando um amor lindo e protetor.

R deu seguimento em suas colocações e afirmou que os professores devem estar mais atentos com o que ocorre na sala de aula porque as crianças precisam de todo tipo

de apoio, que respeitar é o mínimo que um verdadeiro professor deve fazer e que cada um deve viver como bem desejar.

### **Uma Pedagogia Transgressora na Educação Campesina: Algumas Propostas**

No terceiro e último dia do minicurso, iniciamos as atividades com um vídeo da reportagem “Balizas Encenam”. Porém, antes da aplicação do material, Juliane Barbosa lançou a seguinte questão para os educadores: “O que vocês entendem por transgressão?”. Houve silêncio. Nenhum dos presentes quis arriscar uma resposta. Então, ela deu play no vídeo.

Após a série de reportagens, ela retomou a mesma questão. O professor W disse que as Balizas na região têm uma representatividade masculina de 70% e que as pessoas vêm a questão com preconceito porque as “bichas” estão tomando o espaço das “rachas”. Outro ponto trazido por W foi o de que os desfiles, de caráter militar, não possibilitam espaço para o homossexual, e sim para os papéis de homem e mulher.

A professora S disse que ao ver o vídeo acaba entrando em conflito com tudo que pensa sobre a desconstrução. Ela questiona se é certo ou errado seguir um regimento de coisas já imposta há anos por uma instituição, então, ela fica no muro. Argumentou que o universo militar é muito rigoroso e quando há indivíduos que fogem a essa regra é de se estranhar mesmo, e isso é natural.

O professor W disse que é simples porque não aceitam. Segundo ele, não aceitam porque ninguém gosta de ver um “viado” afetado chamando a atenção de tudo na rua. Juliane Barbosa aproveitou a fala do colega e disse que quando o jovem gay entra na fanfarra é uma conquista para ele e para a minoria que representa, então, tende a “exagerar na demonstração”, pois é ali que há o momento dele se expressar e expor o que o reprime.

Diante de tal colocação, S afirmou que fez um curso de música certa vez e aprendeu que a musicalidade é algo da alma e que esses rapazes vendo o barulho da banda tendem a extravasar como podem. Colocou ainda que a motivação também vem dos colares, brilho e demais adereços, pois a roupa também estimula nas performances.

A professora S colocou que não é tão fácil, pois há coisas na escola que são normalizadas e já seguem um padrão de ser como são, e que os docentes necessitam impor alguns debates na sala de aula para que os alunos entendam a necessidade de

discuti-los. Disse ainda que há colegas de sua área que evitam discutir determinados assuntos com os jovens porque fogem de suas crenças pessoais.

Com isso, A relatou uma experiência vivenciada em uma determinada escola do campo. Segundo ela, o diretor e os professores organizaram um desfile e convidaram uma banda da cidade. Todavia, antes de a fanfarra chegar, espalhou-se o comentário na comunidade que a baliza era “viado”. Então, as crianças ficaram eufóricas, pois nunca tinham visto algo tão diferente.

Continuou dizendo que a comunidade foi muito receptiva com o rapaz e a banda, que as crianças ficaram entusiasmadas com as acrobacias que a baliza fazia. Juliane Barbosa aproveitou e disse que o homossexual quando assume o papel de baliza se manifesta de modo político, pois naquele momento ele representa um grupo e defende uma causa.

Por fim, convidamos os professores para o pátio da escola e lá pedimos que cada um escrevesse em um papel fixado na parede. No cartaz em branco havia o título “O que desconstruí?”. Pedimos que escrevessem uma frase ou uma palavra acerca de uma possível mudança positiva ou não sobre a temática debatida nos três dias de minicurso. Um a um apanhou o papel e escreveu suas impressões.

Com isso, as seguintes frases foram construídas:

“Respeitar as diferenças”

“Valorização à vida”

“Quebrar o binarismo”

“Construção coletiva da sociedade”

“Respeitar as orientações”

“Cada um faz o que quer. Livre arbítrio”

“Seja você independente do que as pessoas querem te rotular”

“Não há doença, e sim, preconceito”

“Não precisa aceitar, apenas respeite”

Assim, o minicurso foi finalizado com a exposição de frases que denotaram respeito, valorização, rompimentos e liberdade. Frases que ecoaram sentimentos e lugares de fala dos profissionais que participaram durante três dias de debates e reflexões sobre gênero e sexualidade. Sabemos que ainda há muito por desconstruir e desbravar, porém acreditamos que é na formação do professor que a escola mudará seu currículo e seu posicionamento sobre a regulação do outro.

Foto 7 - Turma de professores



Fonte: Acervo dos pesquisadores

## DISCUSSÃO

No que se refere aos discursos dos educadores frente aos corpos dissidentes, há a presença clara de um pensamento regulador, quando o indivíduo escapa às normas do binarismo passa a assumir um “não lugar”. É visível que o machismo que impera na nossa sociedade tem uma força grande de delimitar ao homem da casa o poder de decidir o que é ou não é permitido.

Outra questão importante é o papel que a mídia possui no processo de formação da sociedade, pois pode contribuir ou não para algumas desconstruções nas áreas de gênero e sexualidade. Importante ainda mencionar a visão desrespeitosa no que se refere à sexualidade do outro, o que se revela no termo viadagem, usado de forma pejorativa, e na compreensão de que isso seja um “mal exemplo”. Entendemos que ressignificar os rechaços é um ato político e de grande valia para a construção de uma identidade tida como “anormal”.

Percebemos, ainda, uma visão machista e coercitiva, que entende que a sexualidade deve seguir um padrão concebido como normal. Exemplo disso é o relato da colega que afirmou ter ouvido de outro professor que ela era lésbica porque ninguém a tinha “pegado de jeito”. Essa fala denota certo estupro psicológico, uma vez que a insinuação vem carregada de uma conduta que remete à força e a imposição de



um sexo não consentido, especialmente no que se refere à homossexualidade entre as mulheres.

Há também uma visão carregada de preconceito de gênero. Há uma visível diminuição da mulher e de seu papel na sociedade em todos os ambientes e setores. Tal minimização é fruto de estereótipos machistas e calcados na supremacia masculina, que impõe a falsa ideia de que a genitália, o físico e o modo de agir másculo é capaz de “sobrepôr” o universo feminino.

Percebe-se um forte receio de educadores de falar sobre sexualidade com os jovens na escola. Entretanto, entendemos que não abordar a sexualidade no ambiente escolar é ser conivente com a manutenção da ignorância e da propagação de informações errôneas por esses jovens.

No que se refere ao espaço escolar enquanto ambiente repressor da sexualidade e do gênero, percebemos que, muitas vezes, a escola não quer se comprometer no aprofundamento das questões de sexualidade, o que é prejudicial à formação do aluno e acaba sendo conivente com a manutenção da ignorância e da propagação de informações errôneas por esses jovens. Pois, de qualquer modo, a sexualidade será vivenciada pelo aluno, portanto, é melhor que a escola lance mão de seus recursos didáticos para promover o desenvolvimento adequado desse aluno.

No que se refere às propostas de uma educação transgressora na educação campesina, compreendemos que transgredir as normas é papel da escola e, ao fazer isso, ela cria uma pedagogia transgressora, que valoriza o indivíduo e se afasta do que é imposto pela sociedade reguladora. Condicionar os alunos aos argumentos e modos de vida que a sociedade julga adequados seria reforçar a ideia de uma educação bancária, ou seja, aquela em que o aluno é condicionado aos argumentos e modos de vida que não lhe pertencem. Com esse tipo de ensino, o estudante é um receptáculo e não um ser que opina, critica, reflete e se põe diante do mundo por meio de suas vivências.

Sobre o vídeo balizas encenam, compreendemos que os adereços utilizados vão além do brilho e do *glamour*, pois são ferramentas de autoafirmação identitárias e política. Defendemos, portanto, que as escolas necessitam criar esses espaços para que os gays possam conversar com o batom, os brincos, as saias e o próprio corpo, pois o armário é algo frio e somente nossa desconstrução é capaz de quebrar essas portas metafóricas.

As balizas homossexuais, seja no contexto da fanfarra da cidade de Cachoeira na Bahia ou da cidade mencionada pela professora acima, aperfeiçoam as apresentações e complementam as habilidades dos outros componentes da banda marcial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os debates realizados no minicurso, ficou evidente para a maioria dos professores que trabalhar com as questões de gênero e sexualidade nas salas de aula da referida escola seria uma tarefa quase impossível, uma vez que grande parte dos sujeitos da comunidade local são cristãos e conservadores, e isso traria um “contratempo” nas relações entre escola e família.

Dois educadores colocaram que por meio do diálogo, os pais e demais responsáveis poderiam compreender o objetivo maior de se discutir gênero e sexualidade, já que tal temática é tão pungente na sociedade contemporânea. No mais, entendemos que é preciso formação inicial e continuada que discutam o assunto, pois assim há de existir maior engajamento dos profissionais de ensino.

Em suma, notamos um quadro de educadores que ainda necessita de uma desconstrução acerca da temática. Ao longo dos dias, vivenciamos expressões que já estão em desuso para se referir a orientação sexual dos múltiplos sujeitos. Além disso, foi notório, por parte de alguns profissionais, o interesse em saber um pouco mais sobre gênero, sexualidade e misoginia.

Então, chegamos ao fim com uma pequena “inconclusão”, falamos em inconclusão, pois serão precisos mais minicursos e discussões nesta referida escola para que seus profissionais e demais atores adentrem no campo dos estudos de gênero e sexualidade no contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Dayane N. Conceição de. *Interseccionalidades*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

COLLING, Leandro. *Gênero e Sexualidade na atualidade*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

COLLING, Leandro; ARRUDA, Murilo Souza; NONATO, Murilo Nascimento. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. 2019. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/pdf/cpa/n57/1\\_809-4449-cpa-57-e195702.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cpa/n57/1_809-4449-cpa-57-e195702.pdf)>. Acesso em: 03/03/2020.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. Refletindo sobre Pesquisa-ação. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão, v.3, n.01, p. 167-176. 1999.

GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Diversidade sexual e de Gênero, Ruralidade, Interioridade e Etnicidade no Brasil: Ausências, Silenciamentos e...Exortações. *ACENO*, v. 2, n. 4, p. 24-40. Ago - Dez. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?. *Pátio*, Porto Alegre, n. 12, p. 6-11, fev./abr. 2000.

LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. (Org.). *Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola*. Curitiba, UTFPR, 2009.

SOARES, Mayana Rocha; FONTES, Ramon. *Pedagogias Transgressoras*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.